

VERBOS TRANSITIVOS DIRETOS: ESTRUTURA ARGUMENTAL SINTÁTICA E SEMÂNTICA

Maria Angélica Furtado da Cunha
Departamento de Letras - UFRN

Resumo: Este trabalho tem como objeto de estudo o modo de embalagem de verbos tradicionalmente classificados como transitivos diretos, ou seja, aqueles acompanhados por um SN objeto direto. O objetivo é investigar a estrutura argumental sintática e semântica preferida para esses tipos de verbo tal como eles ocorrem no uso sociointerativo da língua. A questão central que orienta a pesquisa pode ser formulada nos seguintes termos: que motivações cognitivas e interacionais, do ponto de vista dos propósitos do falante e das necessidades e expectativas do ouvinte, atuam na formatação da oração? A análise segue o suporte teórico da Linguística Funcional norte-americana desenvolvida por Givón, Hopper, Traugott, Bybee e Thompson. A fonte dos dados empíricos é o Corpus Discurso & Gramática – a língua falada escrita na cidade do Natal. O material analisado corresponde a oito narrativas faladas e suas correspondentes escritas produzidas por 4 estudantes do 3º ano do ensino médio.

Palavras-chave: transitividade; estrutura argumental; sintaxe; semântica

A pesquisa *Manifestações discursivas da estrutura argumental: propriedades semânticas e pragmáticas de predicados e argumentos* (CNPq 304647/2005-5) tem como objeto de estudo a relação entre verbos transitivos e seus argumentos. Parte do pressuposto de que processos de natureza cognitiva e de natureza pragmático-comunicativa motivam as manifestações discursivas da configuração argumental desses verbos. Para atingir o objetivo de descrever e explicar o efeito dessas motivações sobre a estrutura argumental dos verbos transitivos, analisa os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos envolvidos nessa estruturação.

O presente trabalho é parte dessa pesquisa e tem por objetivo examinar a configuração da oração simples, observando o modo como o verbo (ou predicado) e seus argumentos são estruturados em textos orais e escritos do português do Brasil, a fim de compreender os aspectos comunicativos e cognitivos que motivam essa configuração. Para este artigo, recortei, como objeto de estudo, o modo de embalagem de verbos tradicionalmente classificados como transitivos diretos, isto é, aqueles acompanhados de objeto direto.

A análise segue o quadro teórico da Linguística Funcional norte-americana e da Linguística Cognitiva. Adoto, assim, a conjugação, defendida por diversos linguistas (TOMASELLO, 1998, 2003; LANGACKER, 1987, 1998, *inter alia*), da Linguística Funcional à Linguística Cognitiva, o que resulta numa abordagem denominada Linguística Cognitivo-Funcional, já que essas duas correntes compartilham vários pressupostos teórico-metodológicos com relação à estrutura linguística.

A fonte do material analisado é o *Corpus Discurso & Gramática*: a língua falada e escrita na cidade do Natal (FURTADO DA CUNHA, 1998). Os dados empíricos correspondem a oito narrativas (quatro de experiência pessoal e quatro recontadas) faladas e suas correspondentes escritas produzidas por quatro estudantes do terceiro ano do ensino médio.

Muitos lingüistas alinhados à orientação cognitivo-funcionalista têm norteado seus estudos em busca de explicação para a estrutura da oração nas línguas naturais (CROFT, 1991; GOLDBERG, 1995; THOMPSON e HOPPER, 2001; THOMPSON e COUPER-KUHLEN, 2005, entre outros). Para Croft, pode-se definir a oração como uma unidade sintática composta das seguintes unidades menores: um verbo ou predicado, um ou mais sintagmas argumentais dependentes do verbo em graus variados, e, nesse sintagma argumental, um nome e (talvez) adjetivos ou outras expressões modificadoras dependentes do nome. Pode haver ainda sintagmas argumentais que não são tidos como estritamente dependentes do verbo, chamados adjuntos. As dependências que se dão no nível da oração, ou seja, aquelas entre o verbo e seus sintagmas nominais, geralmente levam a rubrica de “relações gramaticais”: sujeito, objeto e vários tipos de sintagmas oblíquos.

Segundo Goldberg (1995, p. 3), as construções de estrutura argumental constituem “uma subclasse de construções que fornece os meios básicos de expressão oracional em uma língua”. A autora considera que algumas construções de estrutura argumental correspondem aos tipos oracionais mais básicos e, em seu sentido central, codificam cenas¹ que são fundamentais à experiência humana.

Thompson e Hopper (2001) retomam o tema da transitividade, examinando, dessa vez, como a gramática do verbo e de seus argumentos se manifesta na conversação. A análise de um *corpus* conversacional sugere que o sentido de um verbo ou predicado está relacionado aos esquemas gramaticais em que ele pode ocorrer. Os autores concluem que faz parte do conjunto de conhecimentos que os falantes dominam sobre verbos o leque de formas com as quais eles podem ser usados de acordo com os diferentes sentidos que têm.

De acordo com Thompson e Couper-Kuhlen (2005), a oração é o *locus* da interação, no sentido de que é um dos formatos gramaticais mais frequentes pelo qual os falantes se orientam para projetar que ações estão sendo realizadas pelos enunciados dos seus interlocutores e para agir sobre essas projeções. Ao invés de tomar a “estrutura lingüística”, nesse caso, a oração, como dada, as autoras pretendem problematizá-la, a fim de entender a natureza do que é chamado de “estrutura”. Concluem que as orações são formatos interacionalmente autorizados para a ação social.

Pode-se perceber, nessa breve resenha de estudos sobre a oração, de um modo geral, os lingüistas cognitivo-funcionalistas estão interessados em buscar explicações para o próprio processo de constituição da oração, salientando o caráter dinâmico de apreensão, armazenamento e emprego desse formato lingüístico a partir do uso efetivo da língua em situações de comunicação verbal.

De acordo com essa orientação, defendo que um padrão gramatical como a oração surge e se regulariza na interação, está estritamente relacionado à composição do discurso e pode, em muitos casos, ser explicado em termos dessa composição. Sob essa perspectiva, o exame do modo como as orações se manifestam e se organizam no discurso interativo tem de levar em conta fatos probabilísticos, como a frequência de ocorrência de um dado padrão, em substituição à concepção de que aos verbos, ou predicados, correspondem estruturas argumentais ou valência fixas, que estabelecem, *a priori*, o número de participantes que um dado predicado evoca. Sustento, portanto, o

¹ Em termos cognitivos, uma cena é definida como uma estrutura conceitual mental formada com base na experiência de mundo do usuário da língua.

ponto de vista, corrente na lingüística contemporânea, de que os verbos são listados no léxico com enquadres (*frames*) que especificam quais argumentos são obrigatórios e quais são opcionais (cf. FILLMORE, 1968; LANGACKER, 1987 e PAYNE, 1997, entre outros). É a exposição ao uso sociointerativo da língua que leva os falantes ao domínio do conhecimento sobre os verbos e os tipos de arranjo sintático em que eles podem ocorrer.

Fundamentada nos pressupostos teóricos cognitivo-funcionalistas, assumo que há uma correspondência entre a categorização conceptual e a categorização lingüística, ou seja, conhecimento do mundo e conhecimento lingüístico não são divorciados (FURTADO DA CUNHA *et al.*, 2003; TAYLOR, 1998). De acordo com essa visão, as línguas são moldadas pela interação complexa de princípios cognitivos e funcionais que desempenham um papel na mudança lingüística, na aquisição e no uso da língua. Como as línguas se assemelham muito no que diz respeito às relações gramaticais que exibem, admite-se que essas semelhanças são o resultado desses princípios cognitivos e funcionais.

A correlação entre a categorização conceptual e a lingüística pode ser evidenciada no fenômeno da transitividade. Em seu texto seminal, Slobin (1982) define o evento transitivo prototípico como aquele evento no mundo em que um agente animado intencionalmente causa uma mudança física e perceptível de estado ou locação em um paciente através de contato corporal direto. Segundo esse autor, são esses os eventos que a criança percebe e codifica gramaticalmente mais cedo, partindo, depois, da codificação desses para a codificação dos eventos menos típicos. A criança inicialmente focaliza sua atenção nos eventos que são mais salientes, devido a uma interseção de fatores que envolvem categorias perceptuais básicas, emoção, atividades habituais e interação. O modo de embalagem do evento transitivo prototípico corresponde ao padrão estrutural transitivo prototípico Sujeito + Verbo + Objeto Direto.

No que diz respeito à gramática da oração simples, há um elemento verbal central que denota um tipo de situação e que geralmente implica vários papéis, isto é, modos de participar dessa situação. O elemento que define o tipo de situação e os papéis dos participantes é o predicado e os Sintagmas Nominais que preenchem os papéis são os argumentos. Para Givón (2001), o verbo é o coração semântico da oração e define seu tipo. Os papéis semânticos são importantes no estudo das relações gramaticais já que elas geralmente expressam esses papéis de um modo sistemático (ANDREWS, 1985). Todas as línguas têm alguma forma de construção em que os predicados são relacionados a diferentes classes de argumentos. O predicado é considerado como o único elemento essencial, pois governa ou controla um Sujeito, um Objeto Direto e outros elementos que entram na sua valência (MATTHEWS, 1981). Do ponto de vista cognitivo, a situação denotada pelo verbo se relaciona com uma estrutura conceitual mental, que, por sua vez, se relaciona com uma estrutura sintática. Assim, os verbos são divididos em tipos semânticos de acordo com os papéis semânticos dos argumentos envolvidos no estado ou evento codificado pela oração. O conjunto de papéis semânticos tipicamente associados a cada verbo define o enquadre semântico-proposicional do verbo, se estado ou evento, e o formato da oração.

Como dito anteriormente, uma oração transitiva normalmente codifica o evento canônico, o qual compreende dois papéis: um Agente (participante que

intencionalmente realiza a ação) e um Paciente (participante que sofre uma mudança de estado). O formato correspondente ao evento canônico representa a observação normal de uma ação prototípica. O papel prototípico de um Sujeito é o de Agente, e o Objeto Direto típico é um Paciente, enquanto os participantes periféricos à situação representada são expressos como argumentos oblíquos (precedidos por preposição).

Apesar do seu *status* privilegiado, o evento canônico é apenas um dos arquétipos conceituais a partir do qual as línguas tendem a desenvolver um tipo oracional básico (LANGACKER, 1991). Além desse, uma língua exibe um conjunto de tipos oracionais simples que representam outros arquétipos conceituais particulares, com seus próprios valores prototípicos. A partir dos seus protótipos, essas estruturas oracionais são estendidas e adaptadas para a codificação de outros tipos de situação, de modo claramente motivado. Em virtude de tais extensões, um dado tipo oracional é convencionalmente aplicado a uma ampla variedade de situações. Conceber e codificar um evento em termos de outro representa uma espécie de atalho cognitivo que, construído socialmente, é capaz de reduzir as demandas do processamento cognitivo.

A análise que apresento aqui focaliza a manifestação discursiva de verbos tradicionalmente classificados como transitivos. Interessa detectar, no uso real da língua, em que arranjos estruturais esses verbos ocorrem mais frequentemente no discurso. Um dos objetivos formulados no projeto de pesquisa foi o de verificar se ‘estrutura argumental’ (EA) – relação entre um predicado e seus argumentos – é uma noção gradiente, ou seja, se no *corpus* selecionado os verbos transitivos variam em relação à rigidez *versus* frouxidão de sua EA. Concluí que a EA desses verbos não é rígida, podendo se manifestar, no discurso, com diferentes configurações, a saber: a) os verbos transitivos podem ser acompanhados por dois tipos morfossintáticos diferentes de objeto direto: nominal (+ OD) ou oracional (+ OD oracional); b) o objeto direto pode não estar explícito no texto (– OD); c) os verbos de ação-processo² podem ser acompanhados por objeto indireto, além do direto (VTDI). A tabela 1 exibe os resultados encontrados para o tipo de EA sintática dos verbos transitivos:

Tipo de EA	FALA	ESCRITA
VTD + OD	662 (58%)	136 (76%)
VTD – OD	290 (26%)	16 (9%)
VTD + OD OR	129 (11%)	16 (9%)
VTDI	61 (5%)	11 (6%)
TOTAL	1142 (100%)	179 (100%)

Tabela 1: Classificação dos verbos quanto ao tipo de EA sintática

A ocorrência de OD nominal explícito é o padrão não marcado para todos os verbos transitivos, em mais da metade dos dados, tanto na fala (58%) quanto na escrita (76%). Com base nesses achados, foi proposta uma escala para acomodar os tipos de OD de acordo com seu grau de prototypicalidade:

Objeto Direto explícito > Zero anafórico > Zero implicado > Zero inferido > Objeto

² Os verbos foram classificados segundo a tipologia proposta por Borba (1996), que define o verbo de ação-processo como aquele que expressa uma mudança de estado ou de condição de um complemento causada por um agente.

Direto oracional.

As estratégias para o gerenciamento da informação no discurso governam parcialmente as escolhas lingüísticas, como aquela entre objetos diretos explícitos ou zero. Em geral, a escolha do falante com relação à forma de codificação do objeto direto pode ser considerada como um indicador do custo cognitivo percebido em acessar um referente. Nesse sentido, o OD explícito demanda menos esforço mental, atenção e tempo de processamento para a identificação do seu referente, o que motivaria a sua predominância textual.

A variação na configuração argumental dos verbos transitivos demonstra que, no uso discursivo, nem sempre há uma correspondência entre estrutura argumental semântica e estrutura argumental sintática uma vez que o comportamento sintático de um verbo também pode ser pragmaticamente motivado (cf. FURTADO DA CUNHA, 2006a). Essa maleabilidade de alternativas de codificação para o verbo transitivo é uma das características da gramática que se constitui na interação.

O primeiro tipo de EA – Verbo Transitivo Direto acompanhado de Objeto Direto explícito (VTD + OD) – corresponde à estrutura argumental prototípica para os verbos transitivos de ação-processo, dada a moldura semântica desse verbo. Nesse caso, o objeto direto é expresso por um SN cuja distribuição é pós-verbal, tende a constituir o foco do enunciado e a representar o papel semântico de paciente, ou objeto afetado/efetuado. Veja-se os exemplos:

(1) e o doutor ... que é amigo dele ... **levou** outro jornal para o passado ... (*Corpus D&G*, p. 188).

(2) o doutor lá ... doutor Brown consegue ... ou ... **cria** lá uma máquina do tempo ... (*Corpus D&G*, p. 185).

O segundo tipo de EA (VTD – OD) se afasta do protótipo na medida que o argumento objeto, embora previsto na moldura semântica do verbo, não tem realização morfológica. O referente do objeto direto não-explícito não constitui informação nova, ou foco, daí sua omissão.

O objeto direto não-expresso pode ser de três tipos: o anafórico, o implicado e o inferido, como em (3), (4) e (5), respectivamente:

(3) ela passa o filme todinho fugindo ou então querendo resolver esse crime ... né ... **solucionar** ... querendo prender o assassino ... assim ... ajudar a **prender** ... mas o que eu:: ... (*Corpus D&G*, p. 182).

(4) se você tem vontade de **fazer** ... **faça** ... se for uma obrigação você não **faça** se você não quiser **fazer** não **faça** ... tá entendendo? (*Corpus D&G*, p. 181).

(5) a gente tinha ido pra:: Baixa Verde ... aí lá tinha uma vaquejada ... meu pai foi ... começou a **beber** ... começou a **beber** ... isso a gente tinha um Passat ...sabe? começou

a **beber** ... e minha mãe morrendo de medo porque ... ele ia **beber** muito e pra voltar ... de noite era muito perigoso ... (*Corpus D&G*, p. 223).

Em (3), o OD dos verbos *solucionar* e *prender* é dado no contexto que imediatamente os precede: *esse crime* e *o assassino*, respectivamente. Em (4), por outro lado, o referente do objeto de *fazer*, em todas as suas ocorrências, não pode ser recuperado e é irrelevante para os propósitos comunicativos do enunciador, que não tem um referente específico em mente. Com base em sua experiência, o interlocutor atribui um argumento objeto ao verbo *fazer*, muito embora não seja capaz de identificá-lo, já que ele representa um elemento genérico ou não-específico (*fazer qualquer coisa*). Em (5), o verbo *beber* apresenta um significado especializado na medida em que tende a envolver *álcool* na cena. Então, pode-se dizer que *álcool* foi incorporado na moldura semântica de *beber*. Essa é a interpretação que normalmente se atribui ao objeto zero desse verbo.

O objeto zero anafórico compreende os objetos contextualmente dados ou recuperáveis. O objeto zero implicado representa o segundo argumento de verbos de moldura semântica transitiva que projetam um tipo específico de OD, implicado na cena evocada pelo verbo. A categoria zero inferido compreende os objetos previstos pela estrutura semântica do verbo. Isso significa que os objetos diretos não-expressos não compartilham as mesmas propriedades, isto é, há diferentes tipos de zero, pois, enquanto o objeto anafórico aponta para um referente único, recuperado do contexto discursivo anterior, no caso do implicado e do inferido não há nenhum argumento que possa ser razoavelmente evocado do contexto prévio. O objeto zero inferido e o implicado distinguem-se pelo fato de o OD inferido representar um SN genérico, que pode ser cognato ao verbo, como *comida* para *comer*, ao passo que o objeto implicado aponta também para um SN genérico porém mais restrito, já que modificado, como *bebida alcoólica* para *beber* (cf. FURTADO DA CUNHA, 2006b, 2008).

O terceiro tipo de EA – VTD + OD ORACIONAL – apresenta algumas características que o afastam do protótipo: é representado por uma oração, e não por um SN nominal, é não-referencial, não-individuado e não-afetado. A oração complemento pode ser introduzida pelo complementizador *que*, por verbo no infinitivo ou por pronome relativo (FURTADO DA CUNHA, 2006c), como nos fragmentos:

(6) depois que ele **descobriu** [que as cartas eram dela] ... (*Corpus D&G*, p. 184).

(7) dizendo que ela **tinha aceitado** [sair com ele] ... (*Corpus D&G*, p. 234).

(8) eu já **sei** [quem foi] que ganhou... (*Corpus D&G*, p. 179).

Após a investigação dos padrões de EA sintática dos verbos transitivos, procedi à sua classificação quanto ao tipo semântico, segundo a tipologia de Chafe (1979) e Borba (1996), conforme se pode ver na tabela 2:

TIPOS DE VERBO	FALA	ESCRITA
AÇÃO-PROCESSO	489 (43%)	72 (40%)
AÇÃO	298 (26%)	40 (22%)

PROCESSO	126 (11%)	26 (15%)
ESTADO	229 (20%)	41 (23%)
TOTAL	1142 (100%)	179 (100%)

Tabela 2: Classificação dos verbos quanto ao tipo semântico

Tanto na fala como na escrita predominam os verbos de ação-processo, ou seja, aqueles que expressam uma ação em que um sujeito animado, intencional, causa uma mudança no estado ou localização do paciente, como no fragmento:

(9) Biff **pega** esse almanaque ... **pega** a máquina do tempo e volta para o passado ... né (...) volta e **dá** aí esse almanaque ... (*Corpus D&G*, p. 187).

Vale notar que os textos examinados são narrativos, o que favorece a ocorrência de orações com alto grau de transitividade na porção figura, que se caracteriza por apresentar a seqüência temporal de eventos concluídos, pontuais, afirmativos, reais, sob a responsabilidade de um agente. O padrão estrutural e o enquadre semântico (SUJ/AG V OD/PAC) característicos dos verbos de ação-processo estão diretamente relacionados à expressão do evento transitivo prototípico. Nessa linha, a oração transitiva canônica representa uma construção, nos termos de Goldberg (1995), servindo como um esquema ou modelo que reúne o que é comum a um conjunto de predicados. Há, pois, uma relação icônica entre estrutura conceptual (representada, aqui, pelo evento transitivo prototípico) e estrutura lingüística (oração transitiva prototípica). Para Givón (2001), na oração simples o mapeamento sistemático entre o papel semântico dos argumentos e sua função gramatical expressa o isomorfismo mais potente entre semântica e sintaxe. No fenômeno da transitividade, a iconicidade se manifesta também na tendência de os sujeitos das orações desempenharem o papel semântico de agente, enquanto os objetos funcionam como pacientes. Desse modo, os papéis semânticos associados a cada verbo são preferencialmente mapeados em relações gramaticais específicas na oração. Esse mapeamento é chamado de estrutura argumental preferida. O fato de que os tipos de oração e sua estrutura argumental característica são, em grande medida, determinados pela classe semântica – e também sintática – do verbo exemplifica o isomorfismo forma-função.

As tabelas seguintes detalham o padrão de EA para cada tipo semântico de verbo:

	AÇÃO-PROC	AÇÃO	PROCESSO	ESTADO
VTD+OD	317 (65%)	143 (48%)	70 (56%)	132 (58%)
VTD-OD	128 (26%)	89 (30%)	38 (30%)	35 (15%)
VTD+OD OR	10 (2%)	48 (16%)	10 (8%)	61 (27%)
VTDI	34 (7%)	18 (6%)	8 (6%)	1 (0,4%)
TOTAL	489 (100%)	298 (100%)	126 (100%)	229 (100%)

Tabela 3: Classificação dos tipos semânticos de verbo quanto à EA sintática na fala

	AÇÃO-PROC	AÇÃO	PROCESSO	ESTADO
VTD+OD	56 (78%)	24 (60%)	22 (85%)	34 (83%)
VTD-OD	5 (7%)	8 (20%)	3 (11%)	0

VTD+OD OR	4 (5%)	5 (13%)	1 (4%)	6 (15%)
VTDI	7 (10%)	3 (7%)	0	1 (2%)
TOTAL	72 (100%)	40 (100%)	26 (100%)	41 (100%)

Tabela 4: Classificação dos tipos semânticos de verbo quanto à EA sintática na escrita

O padrão sintático mais freqüente para os verbos de ação-processo, aqueles que denotam o evento transitivo prototípico em que um agente intencional causa o afetamento de um participante paciente, é S + V + OD, ou seja, a estrutura transitiva prototípica. Assim, pode-se dizer que a grande maioria das orações que são semanticamente transitivas são também sintaticamente transitivas, como prevê Givón (2001).

Cabe ressaltar, contudo, que a estrutura argumental sintática preferida, mais freqüente, para os verbos de ação (ex. (10)), de processo (ex. (11)) e de estado (ex. (12)), que se afastam do protótipo semântico do evento transitivo, também é a estrutura transitiva prototípica S + V + OD, tanto na fala como na escrita. Esse resultado é surpreendente na medida em que, por definição, o verbo de ação expressa um fazer, uma atividade realizada por um sujeito agente que não implica necessariamente um segundo argumento, como *correr*, *rir*, ou verbos de movimento, como *ir*, *vir*, cujo complemento é um Sintagma Preposicionado locativo. Por outro lado, o verbo de processo denota um evento que afeta um sujeito paciente e, portanto, também não envolve obrigatoriamente um segundo argumento, como *acordar*, *morrer*, *dormir*. Já os verbos de estado, como *ter*, *conhecer*, *querer*, expressam uma propriedade localizada no sujeito, o qual é mero suporte dessa propriedade ou seu experienciador. Veja-se os exemplos:

(10) Aí a gente foi lanchar ... ele **pediu** vitamina de abacate e um hamburguer ... (Corpus D&G, p. 228).

(11) e eu fui lá ... **receber** um livro e tal ... (Corpus D&G, p. 180).

(12) e eu sempre trabalhando porque eu **tenho** o prêmio da melhor UNIJOVEM ... (Corpus D&G, p. 177).

Nesse sentido, em termos do grau de transitividade que exibem, as orações com verbos de ação, de processo ou de estado se posicionam abaixo das orações maximamente transitivas, por não apresentarem um objeto afetado (verbo de ação, processo e estado) ou por não terem um sujeito agentivo (verbos de processo e estado). Os verbos de estado, dada a ausência de dinamicidade, ocorrem predominantemente em orações de baixa transitividade, que fazem parte do fundo da narrativa, caracterizada pela descrição de estados, localização dos participantes e comentários avaliativos, como nos fragmentos seguintes:

(13) aí ele parou pra perguntar ... pra perguntar sobre uma rua ... era um hotel que ele ia ficar ... porque ele não **conhecia** nada por lá (Corpus D&G, p. 240).

(14) que num tava gostando dele ... tava **querendo** só a grana dele ... (*Corpus D&G*, p. 243).

Os achados aqui discutidos corroboram a visão de Slobin (1982), segundo o qual as situações prototípicas – as mais perceptualmente salientes – são codificadas pelas formas gramaticais mais básicas disponíveis na língua. A codificação do evento transitivo reflete a interseção de significado e forma, na medida em que as situações prototípicas no mundo da referência são emparelhadas com as formas canônicas no mundo da língua. O emparelhamento de evento prototípico e forma canônica corresponde ao que Fillmore (1985) denomina “associação de cenas com enquadres lingüísticos”. Essa associação tem sua origem na combinação de cenas prototípicas com padrões prototípicos. Desse modo, a codificação dos eventos transitivos é feita por meio da oração declarativa básica do português – SVO. A partir desse pareamento do evento prototípico com a forma canônica da oração, acato a hipótese, formulada por diversos autores (SLOBIN, 1982; GIVÓN, 2001; LANGACKER, 1993), de que o significado da forma é gradualmente estendido, através da extensão semântica e metafórica, enquanto a forma permanece a mesma. Em virtude de tais extensões, esse tipo oracional é convencionalmente aplicado a uma ampla variedade de situações. Ou seja, o padrão SVO também é utilizado para codificar situações que não correspondem ao evento transitivo prototípico, com os verbos do tipo semântico de ação, processo e estado. Evidência para essa extensão pode ser encontrada, segundo os autores citados, tanto no processo de desenvolvimento da linguagem pela criança quanto na mudança lingüística, em que as aplicações semanticamente transparentes de formas gramaticais são gradualmente estendidas, metaforicamente a princípio, e por fim se tornam mais ou menos opacas. Nessa linha, a oração ativa é a forma predominante para codificar o evento prototípico, tanto na fala infantil quanto na adulta. Para Langacker (1987), a prioridade desenvolvimental e a saliência cognitiva do protótipo justificam sua importância. Ele funciona como o esquema mais imediatamente acessível ao falante, especialmente para a criação e interpretação de expressões novas.

As extensões de sentido constatadas na construção SVO também podem ser explicadas nos termos de Goldberg (1995), para quem as construções exibem propriedades prototípicas e tendem a ser polissêmicas, apresentando uma variedade de sentidos interrelacionados e convencionalmente sancionados pelo uso. Assim, as extensões metafóricas da oração SVO têm como seu domínio de origem o sentido central prototípico – o evento transitivo canônico.

Como se viu, vários lingüistas afirmam que os verbos que não se conformam semanticamente ao evento transitivo prototípico podem ser codificados por orações transitivas através de um processo de extensão metafórica do protótipo, porque envolvem um sujeito humano e um objeto inanimado. Givón (2001) discute diversos subtipos de verbos transitivos não prototípicos, como os verbos de percepção/cognição, aqui classificados como de ação, cujo sujeito se assemelha metaforicamente a um agente, já que é um humano envolvido na ação e responsável por ela. O objeto desses verbos, por sua vez, também não é afetado, por não sofrer uma mudança. Os dados analisados comprovam que, dada a sua saliência semântico-cognitiva, o padrão estrutural transitivo é um esquema que licencia a criação de novas orações com o

mesmo formato, mas cujo predicado se afasta do significado do evento transitivo prototípico.

Segundo Du Bois (2003), os padrões que ocorrem mais freqüentemente no discurso têm a ver com esforço mental: eles apontam para uma exploração sistemática da estrutura sintática como um quadro para a organização e o gerenciamento de custos cognitivos na produção e compreensão do discurso. Nesse sentido, a estrutura argumental de um verbo define um formato para o processamento cognitivo, formato este que, uma vez cristalizado como estrutura gramatical devido a sua freqüência no discurso, torna-se um recurso cognitivo disponível a todos os membros da comunidade de fala. No processo de gramaticalização, aqui entendido como a fixação de padrões discursivos em padrões gramaticais, há, portanto, uma atuação direta do componente pragmático. Em relação à estrutura argumental, essa postura implica a interferência de fatores discursivos na codificação gramatical das orações e dos casos semânticos envolvidos, ressaltando a estreita correlação entre as determinações do discurso e as da gramática. O fato de muitos verbos ocorrerem ora com ora sem objeto torna a distinção entre verbos transitivos e intransitivos discursivo-pragmática, e não lexical e paradigmática.

Referências

- ANDREWS, Avery. The major functions of the noun phrase. In: SHOPEN, T. (Ed.). *Language typology and syntactic description*. v. I: Clause structure. Cambridge: CUP, p. 62-154, 1985.
- BORBA, F. S. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.
- CHAFE, W. *Significado e estrutura lingüística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.
- CROFT, W. *Syntactic categories and grammatical relations*. The cognitive organization of information. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- DU BOIS, J. W. Discourse and grammar. In: TOMASELLO, M. (Ed.). *The new psychology of language*. v. 2. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 2003.
- FILLMORE, C. J. The case for case. In: BACH, E.; HARMS, R. (Eds.). *Universals in linguistic theory*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968.
- _____. Frames and the semantics of understanding. *Quaderni di Semantica*, v. 6, p. 222-254, 1985.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. (Org.). *Corpus Discurso & Gramática – a língua falada e escrita na cidade do Natal*. Natal: EDUFERN, 1998.
- _____. Estrutura argumental e valência: a relação gramatical objeto direto. *Gragoatá*, n. 21, 2006a.
- _____. Manifestações discursivas da estrutura argumental: o caso dos objetos não-expressos. *Anais da XXI Jornada Nacional de Estudos Lingüísticos do Nordeste*. João Pessoa: Idéia, 2006b.
- _____. O complemento dos verbos de enunciação. *Revista Lingüística*, v. 2, 2006c.
- _____. O objeto zero de verbos transitivos. *Revista Lingüística*, 2008 (no prelo).

- FURTADO da CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R. DE; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.). *Linguística funcional – teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- GIVÓN, T. *Syntax*. v. 1/2. Amsterdam: John Benjamins, 2001.
- GOLDBERG, A. *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- LANGACKER, R. W. *Foundations of Cognitive Linguistics*, v. 1, Theoretical Prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987.
- _____. *Foundations of Cognitive Linguistics*, v. 2, Descriptive Application. Stanford: Stanford University Press, 1991.
- _____. Clause structure in cognitive grammar. *Studi italiani di linguistica teorica e applicata*, n. 3, 1993.
- MATTHEWS, P. H. *Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- PAYNE, T. *Describing morphosyntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- SLOBIN, D. I. The origins of grammatical encoding of events. In: HOPPER, P. J.; THOMPSON, S. A. (Eds.). *Studies in transitivity*. [Syntax and semantics, v. 15]. New York: Academic Press, 1982.
- TAYLOR, J. R. Syntactic construction as prototype categories. In: TOMASELLO, M. (Ed.). *The new psychology of language*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.
- THOMPSON, S. A.; COUPER-KUHLEN, E. The clause as a locus of grammar and interaction. *Discourse Studies*, v. 7, 2005.
- THOMPSON, S. A.; HOPPER, P. Transitivity, clause structure, and argument structure: evidence from conversation. In: BYBEE, J.; HOPPER, P. (Eds.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam: John Benjamins, 2001.